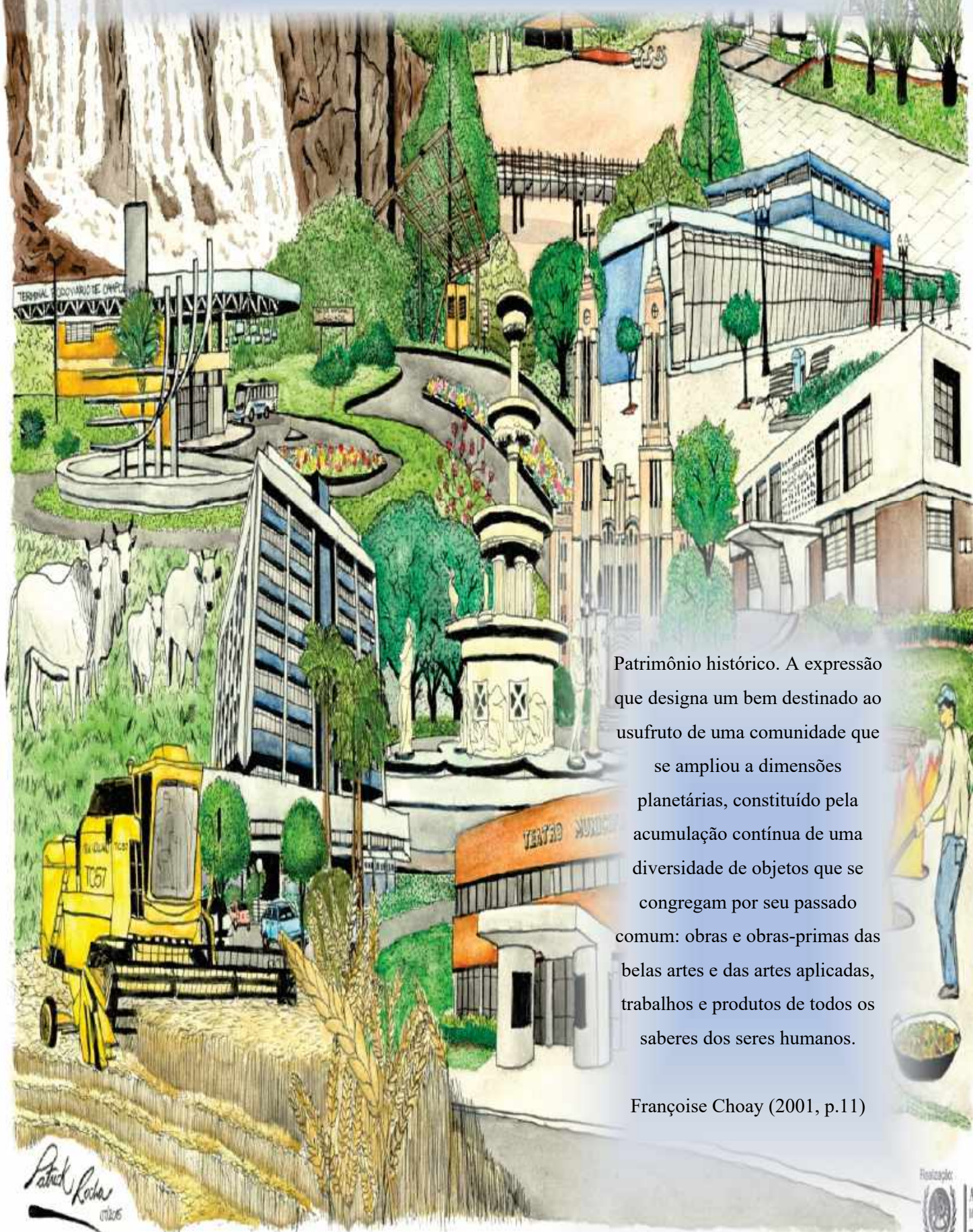


CAPÍTULO 3

CAMPO MOURÃO E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS



Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

Françoise Choay (2001, p.11)

A domesticação de animais, o domínio da agricultura, a construção das cidades e seus espaços públicos são clássicos exemplos da capacidade humana em apropriar-se de locais, transformando-os em lugares, assim produzindo seu espaço e sua cultura. Importante destacar que a cultura é a maior fonte de representatividade de um povo, sendo importante parâmetro na representação de passado e presente. Conforme descrito por Choay (2001, p.11)²², “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade [...] constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: [...] trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos”.

É por meio de elementos culturais que desvendamos como viveram os antepassados e como vivem os contemporâneos. Ao se falar de Stonehenge (3000 a.C.), tão logo associa-se o conhecimento astronômico (calendário solar e lunar) àquela civilização, da mesma forma, que ao se falar das imponentes catedrais góticas medievais, associamos à consolidação da técnica construtiva ao fanatismo cristão exacerbante à eras das trevas na sociedade europeia ocidental. Assim, chegamos à contemporaneidade, na qual obras como o Museu do Amanhã no Rio de Janeiro que idealiza a busca pelo moderno, pela arquitetura Hightech, significando para a sociedade o luxo, o sofisticado a sensação de poder. Dessa forma, entendemos que a cultura (material e imaterial), juntamente com a paisagem natural são importantes patrimônios históricos de uma civilização.

O município de Campo Mourão contempla inúmeras paisagens naturais e modificadas pelo homem. A imagem de Patrick Rocha idealizada em 2015, a pedido da AML – Academia Mourãoense de Letras, retrata o município de Campo Mourão, utilizando-se como referência o ambiente natural e produzido pelo homem, destacando alguns de seus principais patrimônios (gastronomia, obras arquitetônicas e seus cultivares).

O conhecimento do passado ajuda entender o processo evolutivo de determinada sociedade, assim, entendendo a metamorfose entre sociedade e seu espaço cotidiano. Com base no conhecimento do passado, torna-se possível compreender o processo, evitando erros e assimilando os acertos. Assim como, por meio de seu processo evolutivo, prever situações futuras.

Dessa forma, temos por objetivo entender o processo evolutivo de Campo Mourão destacando os espaços públicos, seus usos e funções.

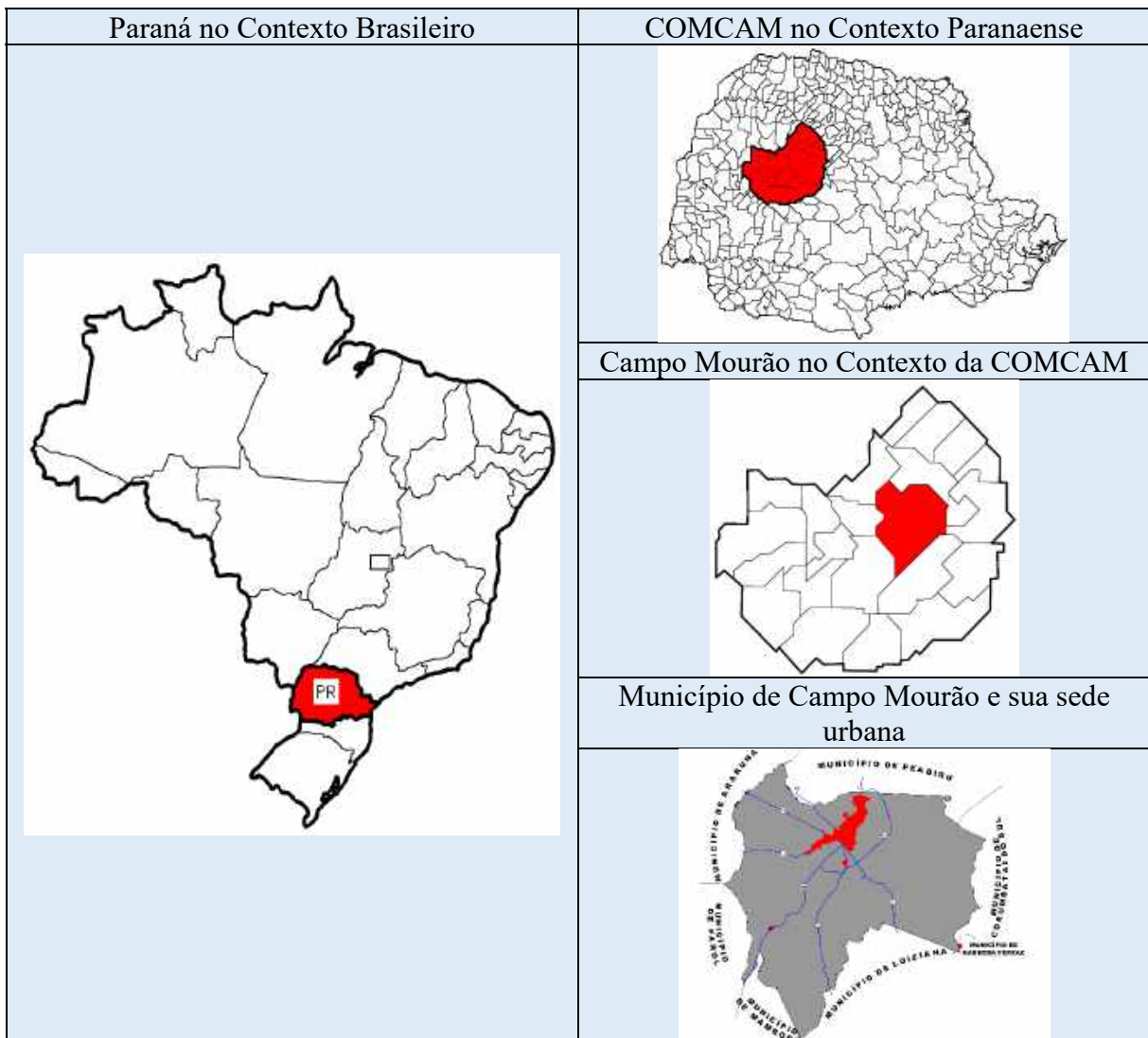
²² CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001, p.11.

3.1 Campo-mourão: a cidade

Campo Mourão é o município polo da Mesorregião Centro Ocidental paranaense, recorrentemente conhecida como COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão-PR). Segundo Rodrigues (2013), a região contempla 25 municípios, ocupando 5,96% do território paranaense com área de 1.191.893,6 hectares (11.918,94 km²). No ano de 2015, segundo Ipardes (2015) a região contava com 323.539 habitantes; demografia de 55,9 habitantes por km²; e taxa de crescimento de 0,89% em 2010.

Os municípios componentes da COMCAM, são: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiopolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre d'Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubitatã (Figura 11).

Figura 11: Localização do Município de Campo Mourão (PR) e sua sede urbana.



Fonte: Org. FRANCISCON, A. (2019).

A mesorregião Centro Ocidental paranaense é subdividida em duas microrregiões, a de Goioeirê e de Campo Mourão. A microrregião de Campo Mourão é composta por catorze municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa. Em 2018, de acordo com IBGE (2017), a microrregião contempla estimados 221.559 habitantes.

A denominação de Campo Mourão se deu ainda no século XVIII, em 1765, durante expedição de Botelho e Mourão com destino à Vila Rica Del Espírito Santo (atual Fênix): “[...] Ao avistarem os campos de cerrado em meio à floresta o batizaram de Campos de Mourão, em homenagem ao governador provincial de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão” (GOMES, 2016, p. 42-43).

No início do século XX, em 1903, a família Pereira chega e se instala na região, dando início ao povoado, explica Gomes (2016). Posteriormente outras famílias se instalaram, assim resultando no crescimento demográfico da região, dessa forma deu se início ao processo de municipalização. Em 1916 “[...] através da Lei nº 1559, que concedeu à Câmara municipal de Guarapuava, a área ou Patrimônio que originou a cidade de Campo Mourão”, Gomes (2016, p.43).

Em 1943, Campo Mourão foi desmembrado de Guarapuava e passa a pertencer ao município de Pitanga, quatro anos mais tarde, em 10 de outubro de 1947, emancipa-se de Pitanga, e por meio da Lei Nº 2 estadual, eleva-se à categoria de município. Importante destacar que em 1951, Campo Mourão era o segundo maior município paranaense, contando com 11.910 km², área semelhante a região atual da COMCAM, com 11.918,94 km². Figura 12.

Figura 12: Paraná – divisão administrativa do ano de 1951



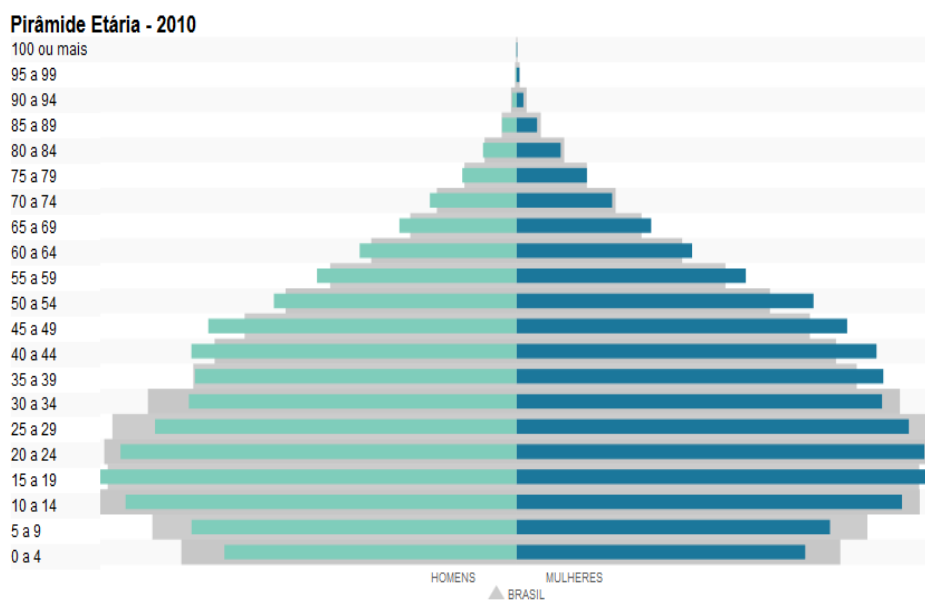
Fonte: ITCG (2003, p. 5), adaptado.

Já na década de 1940, segundo Gomes (2016) inicia a demarcação das terras e de sua malha urbana. Segundo Bovo e Andrade (2012), o traçado urbanístico inicial de Campo Mourão foi desenvolvido a partir de um traçado geométrico, lembrando um tabuleiro de xadrez, onde os quarteirões são alinhados e equidistantes. Na cidade atual, quanto à existência de áreas verdes, parques e praças, Reis Batista (2014) cita a existência de 22 espaços, contabilizando a Estação Ecológica do Cerrado e o Horto municipal.

Para Silva (2008), a cidade de Campo Mourão possui posição geográfica privilegiada, estando na rota do Mercosul, contemplando o maior entroncamento viário do Sul do país, cruzado por rodovias estaduais e federais, sendo as BRs (Rodovias Federais) 158, 272, 369, 487 e a (Rodovia Estadual) PR 558²³.

Atualmente, o município de Campo Mourão conta com pouco mais de 6,4% de sua dimensão territorial da década de 1950. Sua área geográfica atual é de 763,637 km², divididos em dois distritos administrativos: Campo Mourão e Piquirivaí. Em 2018, segundo o Iparde (2019), sua população estimada foi de 94.212 habitantes e a densidade demográfica de 123,37 habitantes por km². A população mourãoense é predominada por indivíduos entre 10 e 29 anos (Figura 13).

Figura 13: Pirâmide etária municipal em 2010.



Fonte: IBGE (2017)

De acordo com Iparde (2019), em 2010 o município de Campo Mourão possuía Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,757; Taxa de crescimento geométrico = 0,80%, com

²³ BR 158: Campo Mourão-Maringá; BR 272: Campo Mourão-Goioerê; BR 369: Campo Mourão-Cascavel (podendo acessar a fronteira de Foz do Iguaçu e países do Mercosul); BR 487: Campo Mourão-Guarapuava; PR 558: Campo Mourão-Cianorte.

grau de urbanização de 94,82%. Em 2018, o município contava com 67.244 veículos (carros, ônibus, motos etc). Com relação a vias públicas urbanizadas e adequadas:

Apresenta [...] 97.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 72% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 73 de 399 e 25 de 399, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 433 de 5570 e 72 de 5570, respectivamente (IBGE, 2017).

No ano de 2010, o município contava com 30.806 domicílios (rurais e urbanos), contabilizando 26.228 famílias. A distribuição de serviços básicos (água, esgoto, coleta de lixo e energia) atinge o seguinte montante: abastecimento de água (Água canalizada) 28.042; esgotamento sanitário (banheiro ou sanitário) 28.146; destino do lixo (coletado) 27.237; energia elétrica 28.133. (IPARDES, 2019). Considerando apenas esgotamento sanitário adequado, apenas 75% é servido, (IBGE, 2017).

Em 2016, segundo o IBGE (2017) 31,4% ou 29.394 mourãoenses encontravam-se ocupados no mercado de trabalho, cujo salário mensal médio equivale a 2,5 salários mínimos vigentes no período. Os índices indicativos de trabalho e rendimentos aqui apresentados são os melhores da microrregião de Campo Mourão. No entanto, seu PIB per capita (36.001,60 R\$) é apenas o terceiro microrregional, Farol (43.913,70 R\$) e Mamborê (38103,20 R\$), são os municípios com melhores índices. O mercado de trabalho é dividido conforme quadro 11.

Quadro 11: Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas - 2017

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE)	ESTABELECEMENTOS	EMPREGOS
Indústria	308	4823
Construção civil	291	629
Comércio	1.229	7.916
Serviços	1.060	10.817
Agropecuária	293	746
Total	3.181	24.931

Fonte: IparDES (2019, p22-23), adaptado pelo autor

Em 2017, Campo Mourão contava com 3.181 estabelecimentos, disponibilizando 24.931 postos de trabalhos. Atividades como serviços e comércios representam pouco menos de 72% dos estabelecimentos, empregando 18.733 trabalhadores.

No mesmo ano, o município ainda contava com 9 agências bancárias, sendo 2 agências do Banco do Brasil, 2 agências da Caixa Econômica Federal e outras 5 agências de cunho privado.

Segundo Ipardes (2019), no campo educação/cultural, o município possui diversos espaços físicos destinados à prática e disseminação cultural, como: um ateliê/estúdio; cinco auditórios; quatro bibliotecas; dois Centro comunitário / Associações; seis Centro culturais / Casa de cultura; dois cinemas, um circo; uma concha acústica; duas galerias de arte; cinco museus; uma sala de exposição, uma sala de convenção; um teatro e mais outros sete espaços culturais. Em 2017, as instituições de ensino municipais privadas e municipais matricularam no ano de, 3562 alunos (IPARDES, 2019).

O município é importante polo universitário, contando com universidades públicas: uma federal (UTFPR) e outra estadual (Unespar) e particulares: (Integrado, Unicampo, Unicesumar, Unoeste etc). Entre ensino presencial e a estudo a distância (EAD) há uma variada gama de cursos. Segundo o Ipardes (2019), em 2017 houve 9.816 matrículas, sendo 7.656 na modalidade presencial e 2.160 na modalidade a distância. No mesmo ano, formou-se 1483 profissionais, divididos em 1101 (modalidade presencial) e 381na modalidade EAD.

No campo agropecuário, Campo Mourão é grande produtor de soja, milho e trigo, cultivando 51.200, 14.400 e 14.000 hectares respectivamente, com valor de venda em 2017, acima de 235 milhões de reais. Ainda em 2017, o município contava com pouco mais de 11 mil cabeças de boi e pouco menos de 3,5 milhões de galináceos (IPARDES, 2019).

No campo da saúde, o município consta com 43 estabelecimentos pertencentes à administração pública; 151 pertencentes a entidades empresariais; 9 pertencentes a entidades sem fins lucrativos; e outros 106, pertencentes a pessoas físicas, totalizando 309 estabelecimentos de saúde. Importante salientar que os citados estabelecimentos são: academia da saúde; hospitais, unidades de pronto atendimento, Unidade de vigilância em saúde, Centro de atenção psicossocial entre outros. O quadro 12 apresenta o número de leitos hospitalares conforme especialidades, para atendimentos particulares e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Município de Campo Mourão contabiliza 228 leitos hospitalares, sendo 138 pertencente ao SUS.

Quadro 12: relação a número de leitos hospitalares (total, sus e não sus) segundo a especialidade – 2017.

ESPECIALIDADE	TOTAL	SUS	NÃO SUS
Cirúrgicos	101	48	53
Clínicos	77	56	21
Obstétricos	28	20	8
Pediátricos	20	13	7
Outras especialidades	2	1	1
TOTAL	228	138	90

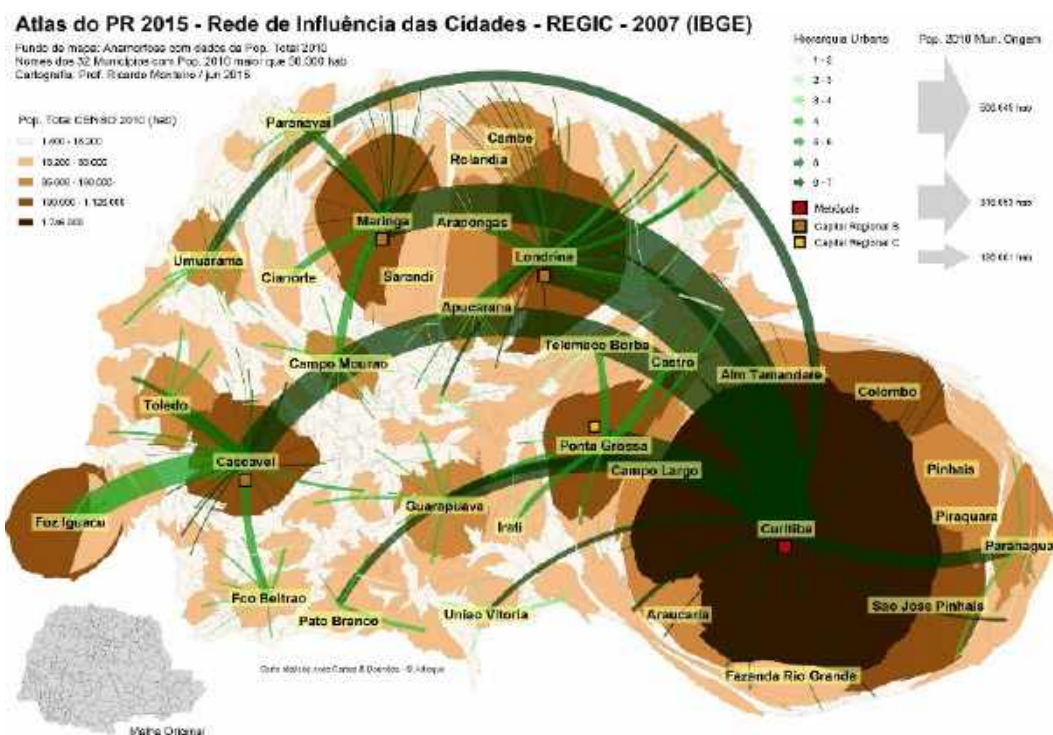
Fonte: Ipardes (2019, p.36)

Devido à importância econômica e política de Campo Mourão, o município caracteriza-se como de grande influência na COMCAM, ou seja: “[...] atraem pra si atividades importantes para gestão e decisões de localização de novas sedes/unidades de empresas ou unidades empresariais. Quanto maior a influência [...] maior seu poder de atração [...], pois a dinâmica dos negócios geram fluxos de capital e de pessoas” (MAZZUCHETTI; LIMA, 2013, p. 27). Para os autores, Campo Mourão:

[...] Influência diretamente as cidades de Campina da Lagoa, Goioerê e Roncador, [...] Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Corumbataí do Sul, Farol, Fênix, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Nova Cantu, Nova Tebas, Peabiru, Quinta do Sol, Terra Boa e Ubitatã [...] sendo que os municípios de Nova Tebas e Ubitatã possuem influências compartilhadas com outras regiões (MAZZUCHETTI; LIMA 2013, p. 36).

A citação de Mazzuchetti e Lima (2013) é ilustrada na figura 14.

Figura 14: Rede de influências das cidades paranaenses.



Como apresentado por Mazzuchetti e Lima (2013), dados do Iparde e por meio da figura 17, notamos a capacidade de Campo Mourão em atrair moradores das cidades vizinhas e demais cidades do estado. Educação superior, agricultura forte representada pela maior cooperativa agropecuária da América Latina: Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda (COAMO) e comércio representativo fazem de Campo Mourão importante local de consumo e trabalho na região da COMCAM.

O significativo movimento pendular em razão do trabalho e turismo é relatado por Silva (2008, p.92): “[...] tem recebido diariamente um importante fluxo da força de trabalho, vindos basicamente dos municípios ao entorno na expectativa de conseguir uma melhor qualidade de vida”.

Silva (2008) levantou o quantitativo de passageiros que utilizam (em horário comercial) o transporte coletivo intermunicipal nas cidades vizinhas de Campo Mourão: Araruna, Luiziana, Mamborê e Peabiru:

O fluxo populacional diário mais significativo que utiliza o ônibus metropolitano é de Araruna (+ ou – 300 pessoas), Mamborê (+ ou – 400 pessoas) e Peabiru (+ ou – 800 pessoas), Luiziana é muito pouco cerca de 100 trabalhadores, pois muitos vem de Van, tanto que a quantidade de viagens é menor que os outros municípios. (SILVA, 2008, p. 93-94).

Conforme Silva (2008), cerca de 1600 pessoas deslocam-se diariamente de Araruna, Luiziana, Mamborê e Peabiru até Campo Mourão, utilizando-se do transporte coletivo. Desses, 60% dos transeuntes são trabalhadores. Importante acrescentar que esses dados foram obtidos junto às empresas de transportes coletivos. No entanto, há movimentos pendulares executados em veículos próprios, veículos de saúde e veículos de transporte escolar. Mesmo que superficiais, os dados apresentados por Silva (2008) justificam Campo Mourão como cidade de influência na região da COMCAM.

É importante destacar que parcela significativa dos citados “turistas”, juntamente com a população mourãoense, fazem uso dos espaços públicos objeto dessa pesquisa. Ainda torna-se relevante destacar a uma possível preocupação dos mourãoenses com a forma e funcionalidade dos espaços públicos ao longo da história. À medida que a cidade foi se desenvolvendo urbanisticamente, seus espaços públicos tem ganho novas funcionalidades, ao mesmo tempo deixando de ofertar atividades tradicionais. A relação metamórfica entre espaço público e sociedade mourãoense é retratada: “[...] A história da transformação do espaço ocupado por suas praças é sem dúvida a amostragem mais significativa da história da transformação da própria cidade no decurso do tempo” ANDRADE (2012, p. 39).

Segundo Bovo e Conrado (2012, p.59), a cidade de Campo Mourão foi implantada sobre território dotado de campos verdejantes e mata nativa. Dessa forma, com o crescimento espacial e demográfico da nova urbe, “[...] surgia à necessidade de oportunizar a criação de espaços públicos para fins recreativos para o uso do público em geral. No caso da cidade de Campo Mourão, os primeiros habitantes se divertiam da maneira como podiam.”.

Os atrativos mourãoenses ocorriam em ambientes públicos e privados, dentre eles podemos citar: religiosidade popular, bailões, caça, pesca e atividades desportivas, como

corridas de cavalos e jogos de futebol. Tais atividades são relatadas por Simionato (2008, p. 229) “[...] reuniam-se numa determinada casa e ali rezavam primeiramente o terço”, quando, nas festividades juninas, “[...] quando se reuniam crianças, principalmente carentes e lhes era oferecido um farto almoço, com carnes e balas. Sempre terminava em baile”.

A recreação também se dava em ambientes públicos, nos quais segundo Bovo e Conrado (2012, p.60), " Os cidadãos mourãoenses, ao longo dos tempos, vêm utilizando os espaços públicos da cidade para passar horas de lazer, mas com o crescimento a cidade demanda novos espaços públicos para usufruto da comunidade em geral.”

Bovo e Conrado (2012) citam as mudanças estruturais e funcionais das praças Getúlio Vargas e São José, inicialmente, ainda não desmembradas, constituíam-se em uma única praça, a qual estava voltada às atividades esportivas (competição de corridas de cavalos), após a reformulação passou a compor duas praças interseccionadas por uma rua. A mudança além de estrutural foi também funcional, as atividades recreativas deram lugar à contemplação, o descanso e o comércio.

É importante destacar que a ocupação periódica do espaço público mourãoense é da iniciativa privada e institucional legalizada, permitindo a concessão, cessão dos bens públicos a particulares. Conforme decreto 7572/2018, o espaço público de Campo Mourão quando destinado a interesses particulares é “vendável”, ou seja, caso o comerciante deseje ocupar o espaço público para fins comerciais, é possível, mediante pagamento. Atividades filantrópicas voltadas a políticas públicas e a coletividade são isentas de pagamento.

Conforme artigo 1º do Decreto 7572/2018 “Fica regulamentado o procedimento para a concessão de autorização de uso de espaços públicos de domínio do Município de Campo Mourão, assim compreendidos os passeios públicos, praças, parques públicos e logradouros”.

Dessa forma, novos espaços são produzidos de forma a suprir, mesmo que parcialmente as atividades extintas da praça central e demais localidades, surgindo assim, o Parque do Lago, o Parque das Torres, o Parque Gralha Azul, o Lago da Usina, a Estação Ecológica do Cerrado, entre outros. Após essa breve apresentação, apresentamos reflexões sobre os espaços públicos, objetos desta pesquisa, a começar pelo calçadão localizado na área central da cidade de Campo Mourão.

3.2 O calçadão

Com seu plano urbanístico aberto na década de 1940-1950, prevendo um traçado à ortogonal, dotado de largas avenidas duplas em seu sentido longitudinal, transpassadas por ruas

transversais, a Avenida Capitão Índio Bandeira apresentava estrutura tradicional, duas vias, faixa de estacionamento, canteiro central e estreitas calçadas. Sem melhorias a mais de uma década, a citada avenida era tida como um “não-lugar”, não contendo um programa espacial capaz de atrair e manter frequentadores por tempo significativo.

Para compreendermos a história do calçadão de Campo Mourão foi necessário recorrermos a entrevistas com o senhor Munir Barakat (Engenheiro Civil, Coordenador de Planejamento, Urbanismo e Habitação: 1989 – 1990, Diretor Técnico da CODUSA²⁴: 1991 - 1992); o senhor Augustinho Vecchi (prefeito de Campo Mourão entre os anos de 1989 a 1992) e o senhor Bernardo Matos (Graduado em Belas Artes, professor e artista plástico), vencedor do concurso que elegeria o design do futuro calçadão.

Na entrevista realizada com Vecchi (2019), o ex-prefeito pontua que o comércio local era decadente para fazer compras, os moradores de Campo Mourão se deslocavam à emergente cidade de Maringá para comprar até mesmo produtos simplórios, desprovidos de tecnologias ou alto grau de manufatura, como “um pedaço de carne”.

Segundo Vecchi (2019), devido a sua urbanização voltada ao carrocentrismo e design pobre da avenida Capitão Índio Bandeira, as atividades de lazer eram escassas. Um dos poucos atrativos na localidade era o tradicional Bar Aparecida (propriedade do senhor Romão), “onde bebiam, jogavam, matavam, ali mataram muita gente”.

Naquele período pré-construção da Binacional Itaipu (1974-1982), a Índio Bandeira era fortemente impactada pelo tráfego de veículos pesados (ônibus e caminhões dos consórcios responsáveis pela construção da hidrelétrica). Segundo Vecchi (2019) em determinados meses, o fluxo de veículos pesados girava em torno de nove mil. Os impactos eram negativos, sendo desfavorável à vitalidade urbana, aterrorizando pessoas e degradando as estruturas físicas (pavimentação, arborização e rede de energia elétrica).

Para Vecchi (2019), a construção da Perimetral Tancredo de Almeida Neves foi fundamental para a vitalidade urbana, não somente da Capitão Índio Bandeira, mas, sim, de todos os espaços públicos do centro urbano da cidade de Campo Mourão.

Em 1989, influenciado ideologicamente pela Arquiteta espanhola Maria de Los Angeles Castilla Tabares, que anteriormente tinha viajado à Espanha, com a finalidade de se aperfeiçoar profissionalmente, dessa forma, trazendo novas perspectivas, explica Vecchi (2019). Na

²⁴ Munir Barakat foi servidor municipal de Campo Mourão entre os anos de 1989 – 1992, ocupando cargos distintos, primeiramente coordenador do setor de projetos, posteriormente diretor da CODUSA. "Companhia de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento de Campo Mourão", Autarquia de capital misto (público e privado).

ocasião, a revitalização do calçadão se enquadrava no projeto CURA²⁵ (que previa obras de impacto no município), dentre elas a construção de novos espaços públicos e semipúblicos como: Kartódromo; o fórum e as melhorias do aeroporto e parque de exposição, explica Vecchi (2019).

Nesse contexto, a cidade, mesmo dotada de uma ideia de revitalização da área central, conhecido como “centro tradicional”, o município não disponha de experiência profissional para elaborar um projeto plástico, formal e funcional capaz de atingir os objetivos da gestão municipal. Dessa forma, visando o auxílio no desenvolvimento do projeto, contratou-se uma equipe curitibana (com experiência em calçadas) liderada pelo já falecido Arquiteto e Urbanista Alberto Folloni.

O desenvolvimento do projeto, de acordo com Barakat (2019) e Vecchi (2019) ocorreu em conjunto com a gestão pública e seu departamento de projeto, além da participação popular, visto o desenho das andorinhas ser resultado de um concurso artístico realizado pela Casa da Cultura, tendo como vencedor: Bernardo Matos, artista plástico português radicado em Campo Mourão.

Assim sendo, Matos (2019) ficou sabendo do concurso por intermédio de amigos, optando por participar, tão logo esbarrou em uma dificuldade, para ele, Campo Mourão não contava com uma simbologia marcante, como a icônica catedral de Maringá, para os maringaenses.

Diante disso, Bernardo Matos relembra na entrevista da dificuldade em criar um símbolo para o calçadão, o artista relata que ao direcionar para o terraço de sua residência, com vista para o futuro calçadão. Deitou-se e passou a observar seu entorno, tão logo ao entardecer, passou uma revoada de andorinhas e outros pássaros. Então, Matos pensou “vou utilizar as andorinhas, pois estava meio na moda, uns gostavam e fotografavam, outros não gostavam, pois faziam sujeira na rua”, (MATOS, 2019).

Diante disso, com sua prancheta começou a desenhar uma andorinha “meio estilizada”, elaborando diversas propostas, dessa forma optou por encaminhar três propostas, retratando o mesmo objeto, mas em estilo distinto. Dentre os três primeiros colocados, dois de seus desenhos foram premiados, inclusive sendo o grande vencedor (MATOS, 2019).

²⁵ - O projeto CURA - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada - foi um dos programas do Banco Nacional de Habitação (BNH) desenvolvido em território nacional a partir de 1975 pela Carteira de Desenvolvimento Urbano da mesma entidade, tornando-se mais frequente após 1976.

É importante destacar que para o design vencedor, Bernardo utilizou como processo criativo, o método de recorte e colagem, assim, criando imagens subliminares no próprio desenho. Entre duas andorinhas escuras, há uma andorinha clara (Figura 15).

Figura 15: As andorinhas e sua subliminaridade: duas escuras, e uma clara entre elas.



Fonte: Matos (2019), acervo pessoal.

Vencido o concurso, Bernardo viu seu projeto vir a ser executado, importante destacar que ele desconhecia o tipo de pavimentação: peti-pavê, imaginava ser em piso cimentado, no qual os desenhos se situariam. Tão logo, as primeiras frustrações, os prismas do peti-pavê limitavam o desenho junto aos moldes, assim, deformando as andorinhas. Além do mais, o piso irregular trouxe desconforto aos pedestres, principalmente às mulheres com sapatos de salto alto. Bernardo ainda cita, uma possível ineficiência na execução da obra, “os blocos de pedras ficaram soltos na areia” (MATOS, 2019).

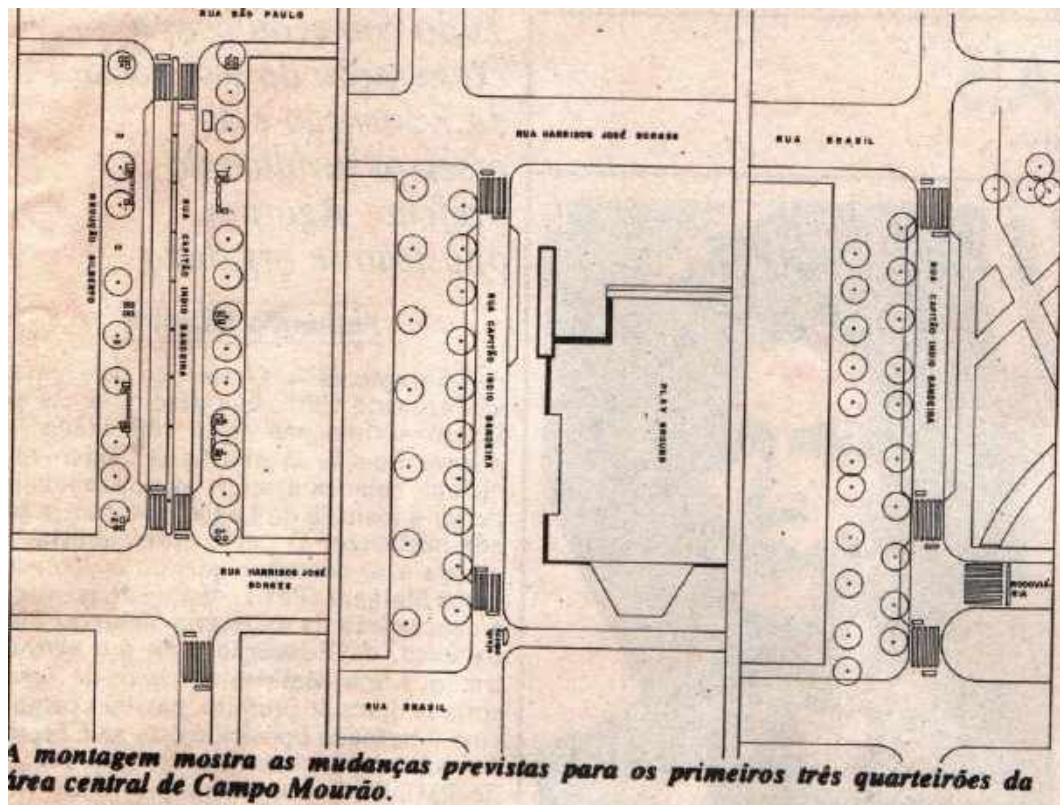
Ainda sobre as andorinhas, segundo Vecchi (2019), o design foi marcante e simbólico, prevalecendo o ditado: “A proposta do calçadão, o desenho das andorinhas, trouxe todas as andorinhas do Brasil para Campo Mourão”.

Segundo Rodrigues (2019), o partido arquitetônico foi embasado nos mosaicos portugueses, no calçadão da praia de Copacabana e na Rua das Flores em Curitiba. Sob a liderança do Arquiteto Alberto Folloni, os primeiros esboços eram desenvolvidos, no entanto havendo muitos pontos conflituosos e conturbados, principalmente sob a ótica do vice-prefeito (também secretário geral) Namir Piacentini. De acordo com Vecchi (2019) Namir não concordava com o mosaico e as andorinhas, mas sim favorável a utilização de ladrilhos hidráulicos.

Os projetos complementares: drenagem, iluminação pública, construção de meio-fio, pavimentação e preservação de instalações existentes ficaram a cargo da Coordenadoria de Planejamento, Urbanismo e habitação (CODUSA). Segundo Barakat (2019) é importante destacar que o calçadão foi construído com recursos próprios.

No dia 02 de julho de 1989 por meio do Jornal “O Estado do Paraná” foi divulgado o projeto que viria a ser o famoso calçadão da Avenida Capitão Índio Bandeira, ou simplesmente “Calçadão Índio Bandeira” (figura 16). Anunciado como completa remodelação da área central e comercial, “o plano prevê mudanças no sistema de circulação de veículos e pedestres. O objetivo é criar o grande entreposto comercial da região” (O ESTADO DO PARANÁ, 1989, p. 3). A matéria também seria veiculada no Jornal Gazeta do Centro Oeste (1989).

Figura 16: Projeto do Calçadão Índio Bandeira veiculado em Jornal impresso.



Fonte: o Estado do Paraná (1989), Acervo Barakat (2019).

Segundo O Estado do Paraná (1989), a primeira semana de julho de 1989 é marcada pela apresentação e debate (junto população, vereadores e demais autoridades) acerca da revitalização da área central da cidade. O projeto consistia na remodelação e estreitamento de três quadras da Avenida Capitão Índio Bandeira, situados entre as ruas Francisco Albuquerque e São Paulo.

De acordo com o jornal O Estado do Paraná (1989, p.03), a remodelação visa maximizar a área peatonal, estreitar²⁶ a pista de rolamento, obrigando os veículos a trafegarem em baixa velocidade. Além do mais, de acordo com Vecchi (2019) e Barakat (2019), buscava-se maximizar a integração da Capitão Índio Bandeira às vias perpendiculares (São Paulo,

²⁶ Segundo Rodrigues (2019) as vias estreitadas passaram a ser conhecidas como “raspadinha”.

Harrison José Borges e Brasil) e as praças São José e Getúlio Vargas. O citado projeto daria uma “nova cara” à principal avenida da cidade, explica Vecchi (2019).

É importante destacar a participação e aceitação popular durante elaboração e execução do projeto. De grande aceitabilidade, passou-se ao projeto executivo e posteriormente execução da obra, explica O Estado do Paraná (1989).

À frente do projeto, o prefeito Augustinho Vecchi e o Engenheiro Civil, Coordenador de Planejamento Munir Barakat, viam na oportunidade Campo Mourão se consolidar como cidade polo no setor secundário e terciário, numa região que era composta em 1989 de 21 municípios, explica O Estado do Paraná (1989). De acordo com o prefeito “[...] precisamos definir os meios de recuperar a imagem urbanística da cidade como um todo e, a partir desse princípio, a meta é preparar a cidade para ser o centro comercial e de prestação de serviços de uma região potencialmente importante (O ESTADO DO PARANÁ, 1989, p. 3).

O município vinha se consolidando no crescimento econômico, sobretudo na implantação de novas 11 empresas no parque industrial, no mesmo caminho do crescimento, almejava-se melhorar toda a infraestrutura do setor comercial, assim “[...] transformar a cidade no entreposto comercial de uma região com respeitável população consumidora” (O ESTADO DO PARANÁ, 1989, p. 3).

Então, segundo Barakat (2019), deu-se início à execução da obra, de nível complexo, exigiu-se centrar em estratégias que favorecessem a execução da obra, o cronograma financeiro e a funcionalidade da cidade, focada no mantimento do comércio e dos serviços públicos. A demolição da infraestrutura existente, a poeira, o fluxo de pessoas, o bloqueio de vias, se não bem pensada, poderia gerar críticas, rejeições e prejuízos aos comerciantes.

De acordo com Barakat (2019), o início da execução foi o momento mais crítico e ao mesmo tempo importante, mesmo com o projeto elaborado, ainda havia desconfianças, dúvidas e ideias conflitantes. Uma coisa é ter o projeto elaborado, outra coisa é colocar em execução. Definida as estratégias, executou-se uma quadra por ano (1990, 1991 e 1992.)

Em 1990 a estratégia foi iniciar pela praça, (pavimentação/chafariz), nesse momento as pessoas passaram a entender à revitalização proposta. Então se começou pela quadra mais ao sul (entre as ruas Francisco Ferreira Albuquerque e Rua Brasil), próxima à rodoviária, a secretaria de saúde (atual Museu Municipal Deolindo). A partir do momento em que a obra tomou forma, as pessoas começaram a entender o novo arranjo físico e funcional (Figura 17).

Figura 17: Reportagem ilustrando o início das obras do Calçadão e revitalização da Praça Getúlio Vargas.



Fonte: Gazeta do Centro Oeste (1991), Acervo Barakat (2019).

No ano seguinte (1991), executou-se a quadra entre as ruas Brasil e Harrison José Borges e em 1992, o último trecho, compreendido entre as ruas Harrison José Borges e São Paulo. (BARAKAT, 2019).

Era necessário executar serviços com esmero, ao mesmo tempo zelar pelas instalações já existentes. Barakat (2019) explica que todo cuidado foi tomado nessa etapa, de forma a evitar re-serviços. “Foi necessário muito cuidado para que não houvesse a necessidade de substituir serviços (tubulações, postes, etc) pós conclusão do pavimento”.

Barakat (2019) cita a complexidade na execução da obra envolvendo proprietários, infraestrutura existente e a implantar. Houve muita cooperação entre a equipe executora e proprietários locais “Quando ia fazer um meio fio na frente de uma loja, o dono ia lá, dava uma sugestão: um pouco mais pra cá, um pouco mais pra lá...a entrada do carro... o poste em um lugar atrapalhava a fachada da loja, etc”. Havia muitos detalhes a ser negociados com os lojistas, eles acompanhavam o tempo todo.

Tinha comerciante que não aceitava o quiosque na frente de seu comércio [...] então a conversa foi crucial. Atendiam o que os comerciantes reivindicavam “dentro das possibilidades” a ideia era não dar problema ao comércio, porém agindo dentro das normativas e éticas, explica Barakat (2019).

Outro ponto importante, de acordo com Barakat (2019), trata-se do trecho construído em 1992. De início, pensava-se o calçadão simetricamente em ambos os lados da avenida. No ato da execução, percebeu-se a necessidade de uma largura maior junto aos quiosques (para atender os clientes, ocupar o espaço com mesas e cadeiras, etc), assim, gerando calçadões de larguras distintas em cada lateral da avenida.

Segundo Barakat (2019), é importante evidenciar que a construção do calçadão homenageou o espírito participativo da população mourãoense junto a políticas públicas. Dessa forma, idealizou-se o memorial “boca maldita”. A Boca Maldita (era sediada onde atualmente é o bar do Raul) era ponto de encontro na qual se discutiam reivindicações públicas, na época, a principal reivindicação era a boaiadeira. O grupo realizava pesquisas eleitorais, entre outras atividades. Na época, a “boca maldita” era um grupo grande e atuante, na qual acompanhou todo o processo de construção do calçadão.

Considerando o cronograma físico-financeiro, Barakat (2019) explica que o piso e mobiliário urbano (as floreiras, lixeiras e quiosques) foram idealizados por o arquiteto Alberto Folloni, em consonância com o recurso financeiro que o município dispunha naquele momento. Os prismas de Basalto foram trazidos da região de Paranavaí/Maringá.

Na época, a gestão municipal tinha intenção de ampliar o calçadão em duas quadras (uma em cada extremo). Para Barakat (2019), a ideia não vingou devido à complexidade e audácia necessária para executar uma obra tão arrojada, enquanto que, para Vecchi (2019), o projeto existiu, mas foi descartado pela gestão subsequente.

Por fim, a intervenção (década de 1990) surge a partir de uma campanha promovida pela prefeitura e gestão atuante: “Sou Campo Mourão de Coração”, ainda com os dizeres: “esta obra é parte integrada de uma ampla reforma urbanística visando uma cidade mais bonita” (figura 18). Para Rodrigues (2019, p. 1), o chefe do poder executivo municipal destacava que a intervenção urbanística visava “uma cidade mais bonita na sua expressão física e espiritual”. A campanha incentivava a participação da população no desenvolvimento do município: “a cidade é a soma da participação de cada um”.

Figura 18: “Conclusão do calçadão e o slogan “sou Campo Mourão de coração”



Fonte: O estado do Paraná (1992) Acervo Barakat (2019).

De acordo com Vecchi (2019), o calçadão mudou o visual e a vitalidade da Avenida Capitão Índio Bandeira e demais espaços públicos adjacentes. A população não era acostumada aos espaços públicos, no entanto, em seu primeiro natal (pós-conclusão) foi um espetáculo, permitindo circulação do povo, diversidade e lazer. Contestando Vecchi (2019), Barakat (2019) defende que a população necessitou de tempo para se adequar a nova configuração formal e as novas funcionalidades.

Segundo Barakact (2019), a construção do calçadão de início não trouxe significativas modificações em suas formas de apropriação, levou-se um tempo para que a sociedade se readaptasse e se acostumasse ao local. Era um novo espaço, exigia novas formas de apropriação e utilização. Cita a existência de diversos eventos existentes na atualidade como feira, eventos científicos, playgrounds, mas para chegar a tal utilização, exigiu-se tempo.

A conclusão do calçadão trouxe impactos significativos (de ordem financeira, cultural e social) para a cidade de Campo Mourão. Para Vecchi (2019), o calçadão consolidou Campo Mourão como cidade Polo da região da Comcam. A melhoria do calçadão atraiu grandes empresas. Num contexto mais amplo, nessa época implantou-se na cidade o SESI (Serviço Social da Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESC (Serviço Social do Comércio) e o parque industrial.

Para Rodrigues (2019), o calçadão trouxe beleza, graça e progresso ao centro urbano, trazendo novas funcionalidades e um espaço público mais humano ao privilegiar o pedestre. O ambiente veio a ser propício às compras, e lazer contemplativo. No entanto, juntamente com os inúmeros benefícios, surgiram-se pontos conflitantes, como: trânsito confuso, redução de estacionamento, remoção de semáforos.

Marcando uma nova era, em 2014, 25 anos após o início do projeto, o calçadão passou por nova reforma, na qual, basicamente substituiu sua pavimentação e equipamentos públicos danificados,

Numa nova onda de progresso, em abril de 2014, nova intervenção no calçadão fez as andorinhas voarem e virarem lembrança. A antiga revitalização do calçadão dos anos 1990 ganhou outro aspecto. O antigo material *petit-pavé* foi substituído pelo novíssimo “*paver*” (RODRIGUES, 2019, p.1).

De acordo com Rodrigues (2019, p.1) a nova mudança dividiu opiniões, para muitos o desenho das andorinhas devia ser mantido “[...] O calçadão de antes havia enchido de orgulho os que o viram e o viveram”.

Para Vecchi (2019), a substituição do piso fez o calçadão perder sua essência, sua identidade, e originalidade. Augustinho não entende aceitação popular, para ele o povo atualmente é pacífico e desinteressado por políticas públicas.









Favorável a revitalização, Barakat (2019) vê a revitalização do calçadão como benéfica “houve uma substituição do piso por um mais moderno, de tecnologia mais avançada, melhorando a condição”. Tem se como ponto negativo, a extinção do desenho das andorinhas, visto ser difícil sua execução em pisos intertravados.









Decorridos trinta anos do início do projeto (1989-2019), o calçadão preserva sua estrutura espacial. Para Barakat (2019) é necessário desenvolver estudos voltados a sua ampliação, realizando um projeto específico em frente ao colégio Santa Cruz, ao mesmo tempo, estendê-lo por mais duas quadras no extremo oposto (entre as ruas Brasil e Mato Grosso).

Exige-se projeto específico, visto haver utilizações distintas, em uma das extremidades a continuidade da zona comercial, enquanto a outra, há a presença de edifícios institucionais, no caso o colégio Vicentino Santa Cruz, explica Barakat (2019).

Vecchi (2019) critica as condições atuais das calçadas adjacentes ao calçadão, criticando a sua não-uniformidade e as condições de acessibilidade, dificultando a locomoção de pessoas debilitadas fisicamente. Para Augustinho, tanto a gestão pública, quanto os municípios têm privilegiado os automóveis em contraponto ao homem. Por meio da figura 19, ilustramos o processo evolutivo do calçadão desde o ano de 1949.

Figura 19: O Calçadão Índio Bandeira: Sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens.

 <p>1948 - Av. Capitão Índio Bandeira entre as ruas Brasil e Harrison José Borges</p>	 <p>1949 Construção do Posto Estadual de Saúde e Higiene de Campo Mourão</p>	 <p>1951 - Posto de Saúde e Higiene de Campo Mourão</p>	 <p>1953 Desfile de Carnaval na Av. Cap. Índio Bandeira com o Band do Clube 10 de Outubro, Malhoir Albuquerque</p>
<p>Trecho entre as ruas Brasil e H. J. Borges. – 1949. Fonte: https://bit.ly/2w9MFfa</p>	<p>Construção do Futuro Museu Municipal – 1949. Fonte: https://bit.ly/2w9MFfa</p>	<p>Futuro Museu Municipal– 1951. Fonte: https://bit.ly/2w9MFfa</p>	<p>Desfile– det. Edifício Pernambucanas. – 1953. Fonte: https://bit.ly/2w9MFfa</p>
 <p>Primeiro trecho pavimentado – 1960; Fonte: https://bit.ly/2EekU9F</p>	 <p>1964 10/10 Desfile na Av Capitão Índio Bandeira</p>	 <p>Desfile, esq. com Rua Brasil – 1967. Fonte: https://bit.ly/2YEiCbI</p>	 <p>Esq. com Rua H. J. Borges – 1970. Fonte: https://bit.ly/2Hp5sbl</p>

			
<p>Esq. com Rua São Paulo – 1980. Fonte: https://bit.ly/2EekU9F</p>	<p>Esq. com Rua São Paulo – 1990. Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Construção, ao fundo Edifício Likes. 1990 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Construção, ao fundo o Museu Municipal. 1990 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>
			
<p>Esq. com Rua Brasil, em det. as andorinhas - 1990. Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>As andorinhas - 1990 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Vista aérea, década de 2000. Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Vista aérea, década de 2010. Disponível em: https://bit.ly/2VS35b9</p>

Fonte: Organizado pelo autor.

Assim, como o Calçadão, as Praças São José e Getúlio Vargas representam a cidade de Campo Mourão, essa região é considerada o coração da cidade, região central de maior centralidade. Dessa forma, a seguir apresentamos as relações das praças centrais no desenvolvimento socio espacial de Campo Mourão.

3.3 As praças São José e Getúlio Vargas enquanto espaço público

A origem das praças São José e Getúlio Vargas segundo Andrade (2012) é similar á da maioria das praças brasileiras, geralmente locadas na região central, mantenedoras de um templo religioso e locadas, geralmente, no ponto mais alto da localidade. No ano de 1943, a localidade já contava com a Igreja São José já edificada, era uma edificação estruturada e vedada em madeira e coberta por telhas cerâmicas, ocupando “a localidade mais alta e plana do sítio urbano” Andrade (2012, p. 41). Dessa forma, Para Gomes (2016), Ré e Bovo (2015), já na década de 1940, a igreja São José é elemento estruturante na formação da praça original e também da malha urbana:

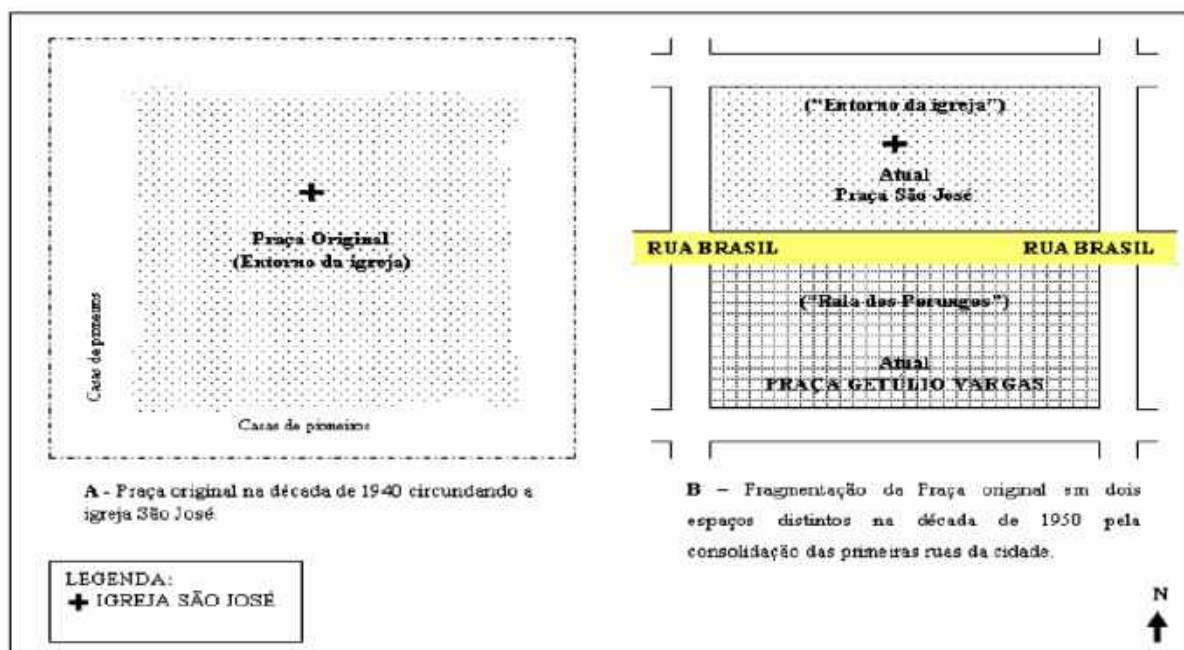
É então em torno da igreja São José [...] que surge um espaço aberto e livre de construções, o qual no decorrer do tempo dará origem tanto à Praça São José como à Praça Getúlio Vargas, que na década de 1940 compunham um espaço único, aqui por nós convencionalmente chamado de “praça original”, satisfazendo apenas à condição de espaço aberto e livre a circundar o templo religioso (ANDRADE 2012, p. 41).

Ainda na década de 1940, a praça original, de acordo com Andrade (2012), passa a esboçar uma delimitação, ainda que precária. A praça torna-se extensão da igreja, muitas vezes tornando-se um mesmo ambiente, visto seu notável papel nas festas religiosas.

Somente no decorrer de 1945, demarcou-se as primeiras quadras, criando oficialmente as primeiras ruas e quadras em uma disposição ortogonal, sistema que segundo Andrade (2012) e Gomes (2016) viria a se consolidar na década de 1950.

A demarcação das ruas longitudinais e transversais em distâncias equidistantes e pré-estabelecidas resultou na intersecção da praça original pela rua que viria a ser denominada Rua Brasil. A citada rua exerceu importante papel na territorialização da praça original. Figura 20. É importante destacar que até o ano de 1953, a praça era circundada por vias, no entanto a Rua Brasil ainda não a interseccionava, (Figura 21).

Figura 20: Esquema ilustrativo da evolução da praça São José e Getúlio Vargas nas décadas de 1940 e 1950.



Fonte: Andrade, (2012).

Figura 21: Plano urbanístico de Campo Mourão em 1953.



Fonte: Adaptado de: Secretaria de Planejamento Municipal (2019).

A Rua Brasil exerceu fundamental papel na divisão espacial e simbólica da praça original, impactando na distinção das futuras praças São José e Getúlio Vargas, cada qual com programa funcional específico e distintos entre si, principalmente, separando o sagrado – relacionado à igreja, e o profano, relacionado à vida mundana, explica Andrade (2012).

Importante destacar que na Praça São José (mesmo sendo um espaço religioso) houve a construção de edifícios, “[...] que representam complementaridade da igreja ou que com ela mais “sintonizam”, desde que não se desfigurasse a ideia do lugar como espaço “sagrado”” como a presença da casa paroquial e do Colégio Vicentino Santa Cruz²⁷. Andrade (2012, p. 44-45).

A igreja, a praça original, seus aspectos formais e funcionais, de acordo com Andrade (2012, p. 46) veio a exercer importante papel no desenvolvimento ocupacional da cidade de Campo Mourão, já contemplando diversos edifícios de caráter comercial, na qual “[...] defendemos que a organização do espaço urbano de Campo Mourão teve como principal elemento articulador a igreja.”.

Segundo Andrade (2012), ainda nessa época, décadas de 1940 e 1950, as atuais praças Getúlio Vargas e São José não eram efetivamente e oficialmente praças, no entanto, já cumpriam funções ecléticas (corrida de cavalo, jogos de futebol) e sagradas. As corridas de cavalos movimentavam o primeiro espaço recreativo para os habitantes locais. A terminologia “porungo” relaciona-se a um recipiente (para mantimento de água) de origem natural, utilizada por seus frequentadores. Na raia dos “porungos”, realizava-se as primeiras corridas hípcas, contendo apostadores na cidade, como prêmio, segundo Simionato, (2008, p. 229) “(...) Nessas apostas o vitorioso sempre levava maços de rapadura”.

A igreja, marco referencial da praça original e de todo o desenvolvimento urbano mourãoense, antes, construída em madeira, em 1954 veio a ser substituída pelo atual edifício em alvenaria (concluída no final da década de 1970), eleita em 2009 como edifício símbolo de Campo Mourão, por meio de um concurso promovido pelo Rotaract Club de Campo Mourão, explica Santos Junior (2010).

Durante a gestão de Roberto Brzezinsk (1955 -1957), Andrade (2012) explica que o espaço conhecido como Raia dos “Porungos”, deu origem a instalação oficial da Praça 10 de Outubro, que viria a se chamar Getúlio Vargas, mais precisamente o Projeto de lei número 27/54. “Autoriza o Poder Executivo a denominar de praça Getúlio Vargas a atual 10 de outubro”. No dia 1º. de setembro de 1955, a praça já estava delimitada com um programa funcional já definido,

[...] continuou a cumprir a função que exercera desde a década de 1940: espaço de lazer. A praça ganhou arborização característica e planejada, um chafariz, um coreto, bancos, iluminação, calçadas em padrão geométrico (base arquitetônica mantida até os dias de hoje), além de uma série de outros

²⁷ Instituição voltada aos ensinamentos sob a inspiração dos valores e princípios cristãos. Andrade (2012, p.45)

mobiliários urbanos, indicando a ampla possibilidade de socialização oferecida por tal espaço (ANDRADE, 2012, p.46).

Na década de 1950, ainda sob o mandato de Roberto Brzezinski, Segundo Santos Junior (2010, p. 37), é edificado o chafariz “[...] considerado um dos ícones da história mourãoense. Foi o primeiro construído em todo o Vale do Piquirivai”. Na mesma gestão, também, se edificou o coreto Alberto Nogaroli (fundador da banda municipal), com a finalidade de abrigar eventos cívicos e culturais.

Já na década de 1960, a Praça Getúlio Vargas assume um caráter mais laico, incorporando atividades cívicas em seu programa funcional. Dentre as principais atividades ocorridas no novo espaço, agora eclético e laico, citamos os antigos “showmícios”, sua nova funcionalidade, refletiu em sua denominação, agora sendo considerada “[...] a “praça da cidade”, enquanto a Praça São José é a “praça da igreja”” Andrade (2012, p. 47). Importante destacar que, segundo Santos Junior (2019) o projeto da Praça São José foi idealizado pelo renomado arquiteto José Augusto Belluci (projetista da Catedral de Maringá-PR).

Nessa mesma década, enquanto a praça Getúlio Vargas “[...] era a maior representatividade de espaço de lazer e convivência da população mourãoense, marcado pela presença de grande quantidade de assentos, boa infraestrutura de iluminação”, a praça São José carecia de estrutura, vindo somente na gestão do prefeito Milton Luiz Pereira, adquirir caráter de praça, recebendo a instalação de bancos e outras melhorias. Andrade (2012, p.48). Segundo Gomes (2016), a nomenclatura São José (da praça e da Catedral) é uma homenagem ao padroeiro municipal, sendo oficialmente estabelecido por meio da lei nº. 14 de 31 de março de 1969.

Inicialmente, espaço único na década de 1940, vindo a se transformar nas praças sagrada e profana, limitadas fisicamente e simbolicamente pela rua Brasil, durante as décadas de 1950 e 1960, a praça São José e Getúlio Vargas veio passaram a ter uma ligação mais intimista, no final da década de 1970 (Gestão de Augustinho Vecchi 1977-1983), por meio do processo metamórfico da Rua Brasil que veio a se tornar um calçadão, Andrade (2012).

Para o projeto do calçadão previa-se a integração com a Rua Brasil e seu fechamento, de forma a formalizar uma opinião pública, conhecimento da sociedade e conversação, o projeto ficou exposto na porta da igreja matriz. Na oportunidade, o padre Jorge não concordou muito com o projeto de bloqueio da rua Brasil, explica Vecchi (2019). Barakat (2019) acrescenta que o fechamento da rua e sua urbanização visava integrar as praças ao calçadão da Índio Bandeira.

Assim, no entendimento de Andrade (2012, p. 49), “[...] tal atitude fortaleceu a ideia de que, com a Catedral pronta, também foi preocupação do poder público dar a ela um espaço

bonito, ornamentado, “um quintal belo” [...] a Praça Getúlio Vargas, que agora materialmente se transformou em seu “quintal”, no sentido infraestrutural”. No entanto, tal rompimento, resultou na imagem de uma praça única dominada e mantida pela igreja, ignorando a história singular de cada praça.

Segundo Barakat (2019), em 1990 iniciou-se as obras da praça recuperação do chafariz e substituição do piso cimentado por um piso semelhante ao do calçadão (petit-pavê, mosaico das andorinhas). Em 1991 adotou-se uma proteção em gradil para o chafariz (evitar vandalismo). Na última reforma (2004), os sanitários foram retirados.

Na segunda metade da década de 1990, a praça São José e Getúlio Vargas são marcadas pelo descaso do poder público e conseqüentemente abandono por parte da sociedade, assim, sendo frequentadas por poucas famílias e adquirindo “[...] novas funções e passassem a designar o que chamamos de “espaço do prazer a céu aberto”, escondido sob a densa vegetação e arborização” Andrade (2012, p. 50). O espaço passa a ser ocupado por mendigos, comércio de entorpecentes e atividades sexuais.

Apesar do descaso do poder público, na Praça Getúlio Vargas se deu o pioneirismo no tombamento local, em 1993, tombando como patrimônio histórico cultural o chafariz e o coreto. Tombados pelas leis nº 805 (01/06/1993) e 1742 (28/10/2003), (SANTOS JUNIOR, 2010).

Segundo Santos Junior (2010), em 1986, após 12 anos, desativado, o chafariz foi reformado e modernizado. Em 1993 revelou sua importância na região noroeste paranaense ao ilustrar a capa da lista telefônica da região. Em 2004, o chafariz foi submetido à nova reforma, na qual efetuou-se um estudo minucioso de modo a recuperar o projeto inicial. Na reforma da Praça Getúlio Vargas em 2004, foi cogitado a demolição do Coreto, fato não consumado, fazendo com que o mesmo viesse a ser submetido numa considerável reforma.

O início do Século XXI marca uma inflexão funcional e ocupacional das praças, devido à ampla revitalização efetuada pela gestão pública municipal em 2004. A revitalização foi mais acentuada na Praça Getúlio Vargas, na qual substituiu a densa vegetação por árvores de pequeno porte; reordenação dos canteiros e substituição das forrageiras; substituição do pavimento asfáltico pelo pavimento em Concreto Intertravado; reforma do coreto e do chafariz e transformação da antiga rodoviária na atual Estação da luz; instalação de equipamentos urbanos como: lixeiras, bancos e luminárias.


Segundo Santos Junior (2019) a revitalização de 2004, realizada pelo Arquiteto Rubens de Paula foi de suma importância, nesse momento recuperou-se e organizou o espaço público, também, foi significativa a recuperação da terceira concha do chafariz (com a ajuda de Jair Elias Junior).



A Rua Brasil foi reaberta²⁸, novamente, separando simbolicamente, fisicamente e historicamente o sagrado do profano. No entanto, Andrade (2012) destaca que mesmo com a reabertura da via às funções sociais das praças de outrora, não se deram no presente. A Praça São José, voltada às atividades religiosas, passa a receber simultaneamente atividades mundanas, como: comércio de entorpecentes e prostituição, manifestações políticas e culturais, abrigos de mendigos entre outros, enquanto que a Praça Getúlio Vargas passou a receber atividades mais contemplativas e a presença de fiéis, visitando os simbólicos Chafariz e Coreto.

De forma sintética, apresentamos em imagens a evolução espacial, funcional e social das praças Getúlio Vargas e São José, figura 22:

²⁸ Importante destacar que, mesmo reaberta, permitindo o fluxo de veículos, a Rua Brasil possui pavimento, fluxo automotivo e design diferenciado às demais vias urbanas da cidade. Para alguns pedestres, muitas vezes a Via se confunde a um calçadão, visto sempre haver fluxo de pedestres sobre a mesma.

Figura 22: Praça São José e Getúlio Vargas: Sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens.

 <p>Campo Alameda 1940 - Getúlio Tocante da Praça, Bosque das Capelas, cemitério e residência da Família Albuquerque</p>			
<p>Descampado da praça Getúlio Vargas – Década de 1940; Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Raia dos Porungos– Década de 1940; Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Igreja São José em 1940 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, apud Sambati (2013), in: https://bit.ly/2VFLYJs</p>	<p>Vista do Colégio Santa Cruz em 1950. Fonte: Acervo Pedro da Veiga, 2009. Apud Bovo e Andrade (2012).</p>
			
<p>Praça Getúlio Vargas 1961 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Praça Getúlio Vargas na década de 1960 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, apud Sambati (2013), in: https://bit.ly/2VFLYJs</p>	<p>Praça São José 1969 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>A futura catedral São José e hotel Santa Maria em 1970. Fonte: https://bit.ly/2JHjp7y</p>

			
<p>Terminal rodoviário em 1971 Fonte: https://bit.ly/2LMMD7q</p>	<p>Praça Getúlio Vargas – 1973 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Praça São José – Década de 1980 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>	<p>Chafariz na década de 1990 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, apud Sambati (2013), in: https://bit.ly/2VFLYJs</p>
			
<p>Praça Getúlio Vargas e São José em 2001 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2010. Apud Andrade 2012</p>	<p>Reforma total da Praça Getúlio Vargas em 2004 Fonte: https://bit.ly/2vZwhO7</p>	<p>Praça Getúlio Vargas- Década de 2000. Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, apud Sambati (2013), in: https://bit.ly/2VFLYJs</p>	<p>Praça Getúlio Vargas e São José – atualidade Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>

Fonte: Organizado pelo autor.

Destarte, não temos como objetivos descrever minuciosamente a história das praças Getúlio Vargas e São José, no entanto por meio da figura 22, torna-se fácil compreender a evolução socioespacial e funcional do ambiente. De forma sintética, temos a origem do povoado urbano de Campo Mourão e de suas praças centrais a partir de um campo aberto, contemplado com a edificação da igreja de São José. O núcleo aberto juntamente com a presença do templo religioso proporcionaram eventos e encontros que se consolidaram com o decorrer dos anos.

A paisagem é fortemente transformada, passando de um campo aberto, para seguidas construções como: pavimentação, bordaduras dos canteiros, terminal rodoviário que veio a se transformar na estação da luz; construções e reformas do coreto e do chafariz; substituição da simbólica e acolhedora igreja de São José pelo imponente edifício neoclássico que abriga a igreja matriz atual.

Muitas das mudanças estruturais são indissociáveis da relação espaço-tempo, podemos perceber no combate a violência e o abandono da década de 1990, a substituição da densa vegetação, melhoria na acessibilidade (remoção de degraus). Talvez uma das mudanças mais significativas, trata-se do gradil involucro ao chafariz. A citada década é icônica ao abandono do espaço público, intensificação do vandalismo e da violência.

Socialmente, há significativas mudanças, inicialmente as atividades eram voltadas a religiosidade, ao lazer ativo (corrida de cavalos, jogos de futebol), e socialização (entre competidores, apostadores e demais frequentadores que buscavam o local como entretenimento e contemplação). Ao logo da história, percebemos o incremento de atividades voltadas ao civismo, à política e a utilidades públicas como transmissão de jogos. Atualmente, as praças centrais contemplam uma gama de atividades voltadas ao comércio (licito e ilícito), eventos de caráter político e culturais e lazer contemplativo.

Dessa forma, percebemos que “As praças centrais de Campo Mourão “[...] são testemunhas incontestáveis do quanto o espaço urbano é dinâmico e de que a sua produção é constante pela sociedade no decurso do tempo” Andrade e Bovo (2011, p.90), além de exercer “[...] grande representatividade municipal” Pegoraro e De Angelis (2013, p.1). A estrutura física e funcional revitalizada em 2004 prevalece até os dias atuais, que será objeto de nosso estudo.

3.4 A Praça Bento Munhoz da Rocha (Praça do Forum) enquanto espaço público

Em posicionamento mais periférico em relação às praças Getúlio Vargas e São José, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto tem recebido menor atenção de historiadores e demais estudiosos. Dessa forma, Gomes (2016) afirma haver pouca história memorada.

De acordo com Santos Junior (2019), na década de 1950, o local da futura Praça era ocupado por um campo de futebol, ali o pessoal se reunia para tal prática esportiva. Na década de 1960, a cidade foi premiada como: município modelo do Paraná. A premiação não é voltada ao urbanismo, mas sim a sua organização funcional e administrativa. Então, houve significativa preocupação por parte do prefeito Milton Luiz Pereira em urbanizar a cidade.

Em primeiro momento, revitaliza-se as Praças São José e Getúlio Vargas, posteriormente, idealiza-se a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto por Milton Luiz Pereira. Com a Renúncia de Milton Luiz Pereira que assumiria o concurso da polícia federal, assume Rosalino Mansuetto Salvadori, dando continuidade aos projetos, posteriormente anunciando sua execução, explica Santos Junior (2019).

O projeto foi idealizado em 1967 no Plano Prioritário de Obras do então prefeito Rosalino Mansuetto Salvadori (1967/1968). Sua execução ocorreu na gestão do prefeito Horácio Amaral entre os anos de 1969 a 1972, Gomes (2016), Santos Junior (2019). Com um programa funcional diversificado para época, “[...] o projeto de autoria do professor José Carlos Spasnuolo era considerado "audacioso", com canchas esportivas, bar e playground” Gomes (2016, p.60). De acordo com Souza (2014) a execução da obra foi supervisionada pelo engenheiro civil da CODUSA (Companhia de Desenvolvimento Urbanização e Saneamento de Campo Mourão), Elio Rodrigues de Matos.

Tendo sua construção iniciada no final da década de 1960 e início da década seguinte, período que havia uma grande preocupação com a conservação do solo. Segundo Gomes (2016), a década de 1970 marca o surgimento da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), impulsionada pela mecanização dos primeiros lotes rurais, proporcionando o plantio de soja, milho, trigo e algodão.

Na época, “[...] se falava em conscientização, orientação e introdução de práticas conservacionistas para evitar a erosão que fazia parte do cenário agrícola da época” Gomes (2016, p. 61). O município de Campo Mourão já se revelava como importante produtor de cereais, inclusive, tendo seu poderio econômico voltado à agricultura. Dessa forma, Campo Mourão “[...] foi a escolhida para o lançamento do Plano Nacional de Conservação de Solos (PNCS), no dia 4 de setembro de 1976, na Praça Bento Munhoz”.

Importante destacar que na década de 1970, a praça era pouco utilizada (e sempre foi) destaca Santos Junior (2019). Assim, em um de seus canteiros foi incluído o monumento Pró-Solo.

De forma a materializar o momento, foi erigido o monumento Pro-Solo de autoria dos artistas paranaenses João Ozório Brzezinski e Fernando Rogério Senna Calderari, explica

Santos Junior (2010). Segundo o autor, o monumento feito em aço inox representa uma lâmina cortante com a função de ferir a terra. Composta por duas faces na qual uma ilustra a terra corroída pela erosão, enquanto a face oposta ilustra curvas de níveis representando as boas técnicas de mantimento do solo. Importante destacar que, na realidade há uma terceira face, na qual ilustra uma gota da água, compondo a tríade (solo, chuva e curvas de níveis).

O evento é marcado pela presença de importantes personagens políticos, dentre eles, o Governador Jaime Canet. Em uma praça ainda desprovida de arborização e sem a presença marcante do edifício brutalista (construído no final da década de 1970), que viria abrigar o fórum municipal de Campo Mourão. Santos Junior (2019) pontua que surgiu a necessidade de a cidade contar com um novo prédio para o Fórum da Comarca, assim, diante da necessidade o poder público fatia a praça, cedendo um espaço a sede do poder judiciário.

Segundo Santos Junior (2019), na década de 1980 edifica-se uma lanchonete, atualmente nomeada como Xaxixão, enquanto que, no início da década de 1990, na gestão de Augustinho Vecchi é construído o edifício que atualmente abriga (e sempre abrigou) a “pedra”, instituição que promove a compra, venda e troca de veículos. Importante destacar que, anteriormente a “pedra” funcionava junto a Praça São José, sendo deslocada a Praça do Fórum, mediante ato de construção do calçadão.

Mesmo idealizada no final da década de 1960, inicialmente conhecida com Praça Munhoz da Rocha ou Praça do Fórum, a praça só veio receber um nome oficial em março de 2005, por meio do projeto de lei nº 23/2005 e Lei Nº 1924 (Denomina "Bento Munhoz da Rocha Neto" o passeio público localizado na quadra 174 na Planta Geral do Município. O nome oficial da praça visa homenagear ao polímata Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-governador do paraná, sociólogo, engenheiro, escritor e professor, falecido em 1973.

A ausência de um nome oficial é relatada por Gomes (2016), na qual, cita-se a efetivação de pesquisa minuciosa por parte do poder legislativo e executivo municipal

Para a elaboração desta proposição a Câmara Municipal de Campo Mourão fez uma pesquisa detalhada nos ementários de Leis e de Decretos do Município no período de 1947 a 2004, além de consulta junto aos técnicos da Secretaria Municipal do Planejamento da municipalidade, que apontou a ausência de ato administrativo que especifica a denominação da Praça Munhoz da Rocha (GOMES 2016, p. 62).

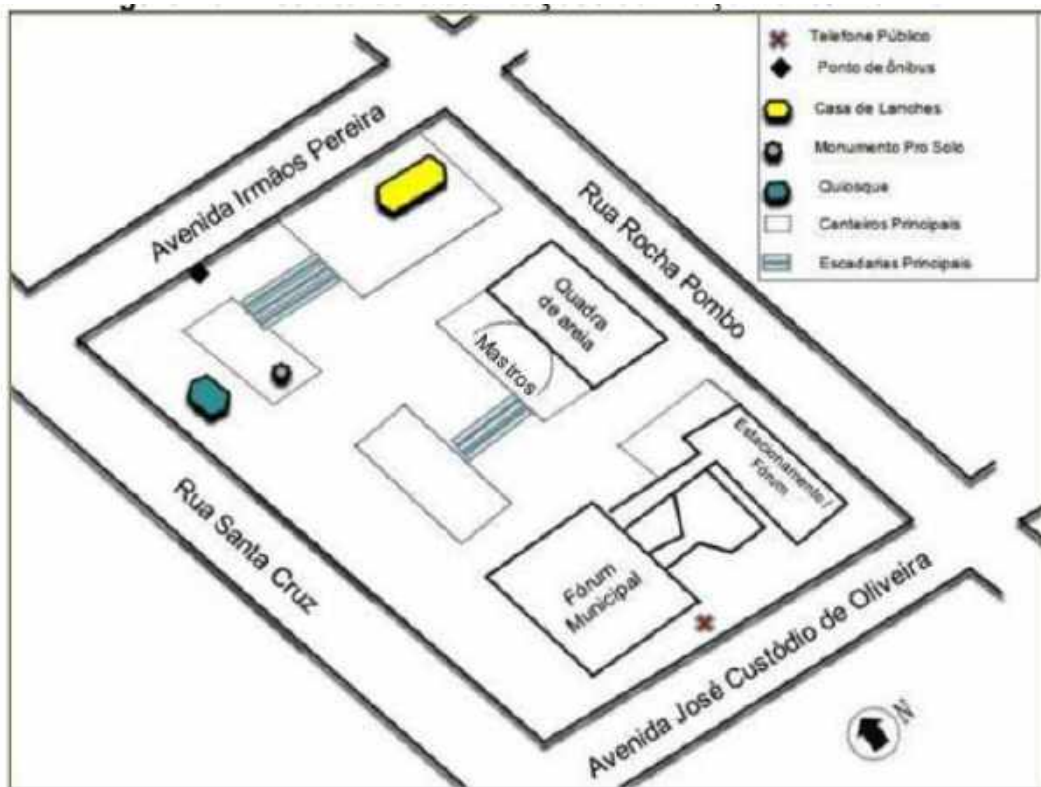
Ainda sobre o processo de denominação da Praça, é importante destacar a figura do historiador Jair Elias dos Santos Junior e sua equipe atuando no levantamento de espaços públicos não nomeados oficialmente. Pr-2005, a praça era conhecida como Munhoz da Rocha, causando certa confusão, pois não se sabia se era uma homenagem ao Bento Munhoz, ou a

Caetano Munhoz da Rocha (seu pai). Então, devido a ligação de Bento a Campo Mourão, este acabou por ser o homenageado.

Mesmo situada na região central da cidade, mantedora do Fórum municipal, esse logradouro tem se mostrado como elemento esquecido pelo poder público, por parte e até mesmo por pesquisadores, predominando, assim, a ausência de sua história e fotos. O esquecimento funcional da praça também é relatado por Santos e Bovo (2013, p. 11) “O espaço existente não é utilizado para eventos culturais, pois a grande maioria dos eventos destinam-se as praças Getúlio Vargas e São José”.

Segundo Gomes (2016, p.62), com exceção da melhoria na iluminação pública realizada em 2012, “Desde o momento de sua construção até os dias de hoje, a praça não recebeu revitalizações. O calçamento, assim como as estruturas com o passar do tempo sofreram depredações e desgastes”. Dessa forma, a praça atual contém o mesmo pavimento, os mesmos mobiliários e a mesma estrutura. Corroborando com Gomes (2016), Santos Junior (2019) pontua que atualmente a praça é pouco utilizada, pois há falta de atrativos, prevalecendo uma infraestrutura arcaica “um piso da época da sua construção em 72, quase cinquenta anos, um piso de cimento com um espaçamento para a grama, totalmente horrível ao se tratar de mobilidade urbana”, muito lixo, prevalece o abandono. A praça é ilustrada na figura 23.

Figura 23: Croqui da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, sua estrutura e seus edifícios.



Fonte: Andrade (2012), modificado por Gomes (2016).

O subestimado valor simbólico e funcional da Praça segue até a segunda década do século XXI, na qual a prefeita Municipal Regina Dubay (2013-2016) cogitou em 2016 a doação de parte de seu terreno à construção da sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Ministério Público (MP).

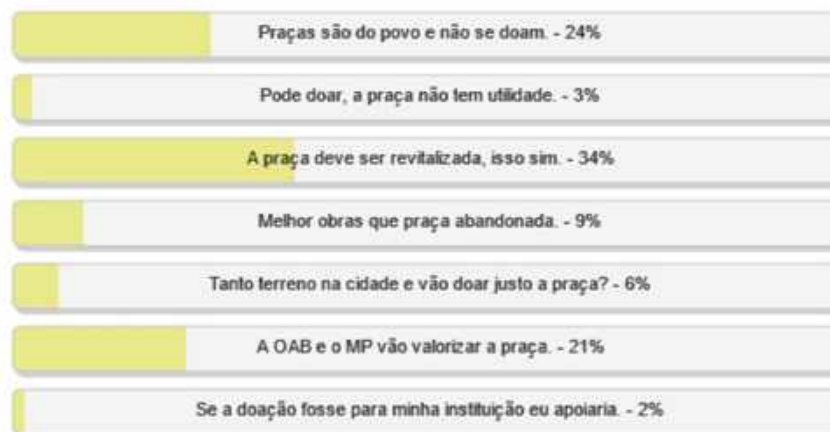
Dessa Forma, teríamos uma redução significativa em sua área geométrica de aproximadamente a 47% (5275,00 m² doados), remanescendo 5975,00 m² para a praça (Figura 43). Se para o poder público, historiadores e demais pesquisadores a praça do Fórum é menosprezada, o mesmo não ocorre perante moradores de Campo Mourão e Região. Em enquete realizada pelo site informativo Boca Santa, “As alternativas contrárias à doação somaram 64% dos votos” Sauer (2016, p.01), figuras 24 e 25.

Figura 24: Croqui da subdivisão proposta para a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.



Fonte: Sauer (2016), Disponível em: <https://bit.ly/2VMbhK5>









Figura 25: Enquete site Boca Santa: A prefeitura pode doar parte da Praça do Fórum?



Fonte: Sauer (2016)

Destarte, não temos como objetivo analisar criteriosamente a figura 25, apenas ilustramos a forma de se manifestar a favor do mantimento da Praça Bento Munhoz da Rocha por parte da população de Campo Mourão e região. Esbarrando no consenso popular e no parágrafo 8 da lei Nº 34/2015 (vigente á época), proíbe a doação de Ruas, Praças e áreas institucionais em Campo Mourão. Dessa forma, a Praça continua a preservar sua estrutura e funcionalidade adquirida ao longo de sua história. Assim sendo, de forma sintética apresentamos em imagens sua evolução espacial, funcional e social, figura 26:

Figura 26: Praça Bento Munhoz da Rocha Neto: Sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens.

			
<p>Praça em 1968; Fonte: https://bit.ly/2Jsxnuv, adaptado pelo autor</p>	<p>Em construção; Fonte: Museu Municipal de Campo Mourão – PR, apud Souza (2014).</p>	<p>Em construção- 1972; Fonte: Santos Junior (2019).</p>	<p>Lançamento do PNCS- 1976 Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>
			
<p>Lançamento do PNCS- 1976 Fonte: Santos Junior (2019)</p>	<p>Vista aérea em 1982. Fonte: https://bit.ly/2HsrueL</p>	<p>O Fórum – 1986 Fonte: Santos Junior (2019)</p>	<p>Vista aérea– atual Fonte: https://bit.ly/2VzXLUT , adaptado pelo autor</p>

Fonte: Organizado pelo autor.

Destarte, não temos como objetivos descrever minuciosamente a história da Praça, no entanto, a imagem 45 ilustra mesmo que de forma superficial a compreensão da evolução socioespacial e funcional do ambiente. Diferentemente das praças mais centrais, a praça Bento Munhoz pouco nos revela seu processo metamórfico em sua historiografia. Como transformação espacial, temos como destaque o crescimento da vegetação e degradação do ambiente construído. Com relação as práticas sociais, o ambiente mantém (mesmo que precariamente) práticas esportivas, bares e possibilidade de socialização.

Na atualidade, as práticas sociais idealizadas em seu projeto audacioso, tem concorrido com práticas de caráter ilícito como: depósito de lixo; comércio e/ou uso de práticas sexuais e entorpecentes; atuações de criminosos na pratica de roubos e homicídios.

Após as discussões referente ao espaço público apresentadas neste capítulo, vamos tecer reflexões no capítulo quatro, na qual apresentaremos as análises sobre as potencialidades existentes no espaço público urbanos de Campo Mourão (Calçadão, e as praças Bento Munhoz, São José e Getúlio Vargas). Utilizaremos dos assuntos debatidos nos capítulos um, dois e três, como aparatos teóricos e metodológicos de apoio na avaliação dos espaços pesquisados. Assim, sendo possível, conhecer suas deficiências e potencialidades, tomando conhecimento se os espaços públicos urbanos atendem ou não seus frequentadores.